

Sindicatos remetem primeiros casos de exploração à nova Autoridade Europeia do Trabalho para investigação

Entre os casos de exploração de trabalhadores destacados que a Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) está a anunciar hoje, que serão encaminhados à nova Autoridade Europeia do Trabalho (ELA) para investigação, encontra-se o caso de um trabalhador da construção civil que espera há três anos mais de € 8.000 em salários não pagos.

O ELA, que será lançado em Bruxelas esta quarta-feira (16 de outubro) pelo presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, apoiará os Estados membros na aplicação das regras de emprego da UE, incluindo aquelas que estipulam que os trabalhadores enviados temporariamente de um país da UE devem receber os mesmos salários e condições que os trabalhadores que aí residem.

Antes do lançamento, a CES e a Federação Europeia de Construtores e Marceneiros (EFBWW) estão a publicar detalhes sobre nove casos que envolvem o abuso de centenas de trabalhadores vulneráveis, que serão arquivados na ELA para investigação, o mais rápido possível.

Os casos, típicos do abuso generalizado de trabalhadores destacados, incluem:

- Trabalhadores destacados que auferem salários significativamente inferiores aos trabalhadores locais;
- Retenção do pagamento de férias e de subsídios de doença;
- Empresas que evitam o pagamento de contribuições para a segurança social;
- Falsos destacamentos por parte de empresas sem atividade económica no seu país de origem.

Os casos dizem respeito a trabalhadores enviados da Polónia, da República Checa, da Bulgária, da Eslováquia e da Eslovénia para trabalharem na Alemanha, na Áustria e na Dinamarca. Publica-se em baixo um resumo destes nove casos.

O secretário-geral adjunto da CES, Per Hilmersson, representante sindical no conselho de administração da ELA, disse:

“Demasiados trabalhadores destacados vêm-se confrontados com baixos salários, sendo-lhes negados direitos básicos. Esta é a desvantagem da livre circulação de serviços no mercado interno da UE.”

“Os sindicatos lutaram com sucesso por mudanças nas regras da UE para serem garantidos salários e direitos iguais aos trabalhadores destacados e a nova Autoridade Europeia do Trabalho deve desempenhar um papel crucial para garantir que sejam rigorosamente respeitadas.”

"Precisamos de ver um combate aos empregadores desonestos que obtêm grandes lucros com o dumping social às custas dos trabalhadores vulneráveis e da confiança pública na liberdade de circulação".

"Congratulamo-nos com a criação da Autoridade Europeia do Trabalho e trabalharemos em conjunto com ela, de forma a obter um acordo justo para os trabalhadores."

Werner Buelen, secretário político da Construção da EFBWW, afirmou:

“É muito triste que o destacamento e a liberdade de circulação tenham criado uma indústria substancial que lucra com a exploração de trabalhadores com empresas falsas, falso trabalho independente e que conta com o desconhecimento local dos sistemas de segurança social, pensões, saúde e outros contributivos noutros países. A Agência Europeia do Trabalho deverá ajudar a combater esta fraude transfronteiriça.”

“Os casos que estamos a denunciar à Agência Europeia do Trabalho são o resultado de muito trabalho por parte dos sindicatos para proteger os trabalhadores, mas não podem ser resolvidos apenas pelos sindicatos. Precisamos que a Agência Europeia do Trabalho investigue as irregularidades e garanta o cumprimento das regras em todos os países envolvidos.”

Notas:

Um 'trabalhador destacado' é uma pessoa empregada num país da UE e enviada temporariamente pelo empregador para trabalhar noutro.

Em 2018, a Diretiva sobre o Destacamento de Trabalhadores foi revista para garantir que os trabalhadores recebessem tratamento igual em relação à remuneração e a outras condições essenciais de trabalho.

As Instituições Europeias criaram a Autoridade Europeia do Trabalho para "garantir que as regras da UE em matéria de mobilidade laboral são aplicadas de forma justa, simples e eficaz".

O conselho de administração da ELA é composto por representantes dos governos nacionais, sindicatos e organizações de empregadores a nível europeu.